

Tenho insistido na necessidade de que para termos ética na mídia precisamos exercitar a auto-reflexividade da consciência, algo no sentido do que Foucault chamou um dia da tarefa da contemporaneidade: a ontologia de nós mesmos, ou seja, como “teste histórico-prático dos limites que podemos ultrapassar, e, portanto, como trabalho executado por nós sobre nós mesmos enquanto seres livres”<sup>1</sup>.

Se para ele este ethos filosófico pode ser caracterizado como uma atitude-limite, para mim nada mais adequado para situação-limite que vivemos hoje. É sintomático que as TIC's tenham mudado o processo financeiro, dessubstancializando-o e desterritorizando-o ao ponto em uma situação em que, como dizem os capitalistas, “the space is dead”, ou seja, o espaço morreu. Digo isto pois o espaço está efetivamente morrendo.

Dowbor<sup>2</sup>

“Hazel Henderson nos apresenta um interessante raciocínio, partindo de um exemplo que nos é familiar: o engarrafamento de trânsito. Podemos deixar que uma mão invisível resolva o problema, isto é, deixar que cada um se ajeite como puder. O resultado seria provavelmente um engarrafamento maior, de acordo com as mais óbvias alternativas do trânsito. Ou podemos fechar ruas e dirigir o trânsito através de um sistema de planejamento autoritário. Inclusive podemos deixar que cada um escolha suas opções, mas

---

<sup>1</sup> (QUEIROZ, 2004;13)

<sup>2</sup> DOWBOR, Ladislau. *Información para la ciudadanía y el desarrollo sustentable*. In Nueva Sociedad. Editorial Nueva Sociedad, Venezuela. N° 196, marzo/abril de 2005 p. 125

também assegurar que no rádio exista um bom sistema de informação sobre o estado do trânsito em cada região.”

Esta última opção, que Henderson denomina planejamento indicativo, deixa a iniciativa ao cidadão, mas assegura que ele possa fazer a melhor escolha de uma maneira informada, e não às cegas.

A primeira opção gera o caos e representa de forma bastante fiel o sistema liberal, no qual cada um busca maximizar suas vantagens sem estar devidamente informado sobre as iniciativas dos demais. Produz, por exemplo, o comportamento similar ao de uma manada na área financeira, no qual uma variação nos valores faz com que todos os especuladores corram na mesma direção, agravando os desequilíbrios dos quais tentam proteger-se.

A segunda opção, de planejamento centralizado, gera uma ordem na qual a diversidade dos interesses dos protagonistas não é levada em conta e na qual o cidadão perde a iniciativa. Ela produz sistemas burocráticos como os que vimos nos países do Leste europeu, com muita ordem e pouca iniciativa.

O terceiro sistema parte da visão de que o cidadão bem informado saberá tomar a dianteira nos aspectos que combinam com seu interesse específico com a lógica sistêmica do processo. Em outras palavras, a informação adequada e bem difundida constitui simultaneamente um instrumento de cidadania e de racionalidade do desenvolvimento social.”

Estamos evoluindo do paradigma da competição para o paradigma da colaboração, da guerra burra de todos contra todos para políticas inteligentes. Não há como não lembrar que a fase mais próspera do capitalismo foi durante os “trinta anos de ouro” após a II Guerra Mundial,

quando se seguiram políticas redistributivas de renda e de apoio social generalizado às populações. O bem-estar econômico e social de todos deixa todos melhor, e não só os pobres. Dos ricos, o que se está exigindo cada vez mais, não é bondade, é inteligência.<sup>3</sup>

“Na forma como avaliamos o sucesso dos nossos esforços econômicos, contabilizamos o valor dos meios despendidos, e chamamos isto de “produto”. Na realidade, o produto que nos interessa não é gastar mais com medicamentos e hospitais, e sim não ficarmos doentes. Em outros termos, guiámo-nos pelos meios, e não pelos fins. Estamos calculando o valor comercial de bens e serviços (output), e não os resultados em termos de qualidade de vida (outcome).

O absurdo desta forma de contabilidade é cada vez mais patente, e estende-se a outras áreas. Liquidar a vida nos mares (o chamado overfishing, ou sobrepesca) aparece como aumento do Pib, quando só contabiliza o que se extrai, e não contabiliza a descapitalização planetária que resulta. Cortamos as nossas florestas, destruimos a camada orgânica do solo, liquidamos as reservas de petróleo, esgotamos os lençóis freáticos de água, e nada disto é contabilizado, a não ser como valor positivo no produto vendido, sem desconto dos custos ambientais. Em termos contábeis, o Pib é calculado de forma errada. Nenhuma empresa ou administração pública teria as suas contas aprovadas se não levasse em conta a redução de estoques.

Viveret apresenta como simbólico o caso paradoxal do naufrágio do petroleiro Erika, que gerou imensos esforços de despoluição, contribuindo

---

<sup>3</sup> DOWBOR, Ladislau. Inovação social e sustentabilidade. In Mercado Ético.

para o Pib. Uma praia limpa não contribui para o Pib, inclusive porque o lazer gratuito é considerado sem valor em termos econômicos, enquanto uma praia poluída gera grandes contratos, e portanto preciosos pontos percentuais no Pib, que o político vai explorar devidamente como sucesso da sua gestão.

Como podemos avançar, se a nossa bússola, que orienta e avalia para onde vamos, aponta para uma direção errada? Hoje o bom-senso começa a ocupar algum espaço, com o IDH das Nações Unidas, os indicadores de vida Calvert-Henderson, a própria mudança de orientação do Banco Mundial, que antes contabilizava a exploração de petróleo como produto, e hoje a contabiliza como descapitalização.”

A lentidão na mudança de comportamentos no nível das estruturas de poder tem seus custos. Nicholas Stern, que foi economista-chefe do Banco Mundial e portanto é pouco propenso a extremismos ecológicos, foi encarregado pelo governo Blair de fazer as contas. As contas do Relatório Stern referem-se aos dados climáticos mais confiáveis, que ele utiliza para avaliar o impacto propriamente econômico: o que acontecerá, em termos de custos, ao se verificarem as projeções climáticas já razoavelmente seguras, calculando-se os impactos mais prováveis, sem desconhecer o grau inevitável de incerteza. Trata-se da primeira avaliação abrangente da “conta climática”.

O Relatório está tendo um grande impacto mundial, pois veio justamente preencher esta grande necessidade, por parte de pessoas de bom-senso e não especializadas, de entender os pontos centrais da questão. A análise dos dados, segundo Stern, “leva a uma conclusão simples: os

benefícios de uma ação forte e precoce ultrapassam consideravelmente os custos. As nossas ações nas próximas décadas poderiam criar riscos de ampla desarticulação da atividade econômica e social, mais tarde neste século e no próximo, numa escala semelhante à que está associada com as grandes guerras e a depressão econômica da primeira metade do século 20. E será difícil ou impossível reverter estas mudanças”.

Os mecanismos de mercado são simplesmente insuficientes, pois, em termos de mercado, sai mais barato gastar o petróleo que já está pronto no subsolo, queimar a cana no campo, encher as nossas cidades de carros. E os dois principais prejudicados no processo, a natureza e as próximas gerações, são interlocutores silenciosos. A visão sistêmica e de longo prazo impõe-se, e isso implica mecanismos de decisão e de gestão que vão além do interesse microeconômico imediato. Neste ponto, Stern é direto nas suas afirmações: “A mudança climática apresenta um desafio único à ciência econômica: trata-se da maior e mais abrangente falência do mercado já vista”. [2]

Não há mais como negar, hoje, a amplitude dos desafios que enfrentamos. Um dos resultados indiretos das tecnologias da informação e da comunicação, aliadas à expansão das pesquisas em todos os níveis, é que emerge com clareza o tamanho dos impasses. Não se trata de discursos acadêmicos ou de empolamentos políticos. São dados, nus e crus, e já bastante confiáveis, sobre processos que nos atingem a todos. Gradualmente, aquela atitude de lermos no jornal as desgraças do mundo e suspirar sobre coisas tristes, mas distantes, vai sendo substituída pela compreensão de que trata de nós mesmos, dos nossos filhos, e que a responsabilidade é de cada

um de nós. Uma amostra dos relatórios internacionais mais recentes deixa as coisas claras.

### Mudança climática

O aquecimento global está na ordem do dia. Não há dúvidas de que a mídia frequentemente se apropria das notícias científicas para um alarmismo mais centrado na venda da notícia e da publicidade do que propriamente para informar o cidadão. Mas indo diretamente à fonte, vemos no IV Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas que “o aquecimento do sistema climático é inequívoco, como se tornou agora evidente a partir de observações do aumento das temperaturas médias globais do ar e dos oceanos, derretimento generalizado da neve e do gelo, e a elevação global do nível médio do mar”. [1]

Não é o caso aqui de entrar em detalhes técnicos. O aquecimento global, particularmente graças à ampla divulgação do filme Uma verdade inconveniente, de Al Gore, tornou-se presente pela primeira vez para a massa da população razoavelmente informada. Os dados científicos saem aos poucos dos laboratórios, penetram entre os formadores de opinião e sobem gradualmente para o nível de quem toma decisões nos governos e nas grandes empresas. Neste nível, gera-se gradualmente uma tensão entre os que tomaram consciência dos desafios e os que se satisfazem com o chamado business as usual, expressão que entre nós pode ser traduzida pelo o popular empurrar com a barriga.

### A conta do aquecimento global

A lentidão na mudança de comportamentos no nível das estruturas de poder tem seus custos. Nicholas Stern, que foi economista-chefe do Banco Mundial e portanto é pouco propenso a extremismos ecológicos, foi encarregado pelo governo Blair de fazer as contas. As contas do Relatório Stern referem-se aos dados climáticos mais confiáveis, que ele utiliza para avaliar o impacto propriamente econômico: o que acontecerá, em termos de custos, ao se verificarem as projeções climáticas já razoavelmente seguras, calculando-se os impactos mais prováveis, sem desconhecer o grau inevitável de incerteza. Trata-se da primeira avaliação abrangente da “conta climática”.

O Relatório está tendo um grande impacto mundial, pois veio justamente preencher esta grande necessidade, por parte de pessoas de bom-senso e não especializadas, de entender os pontos centrais da questão. A análise dos dados, segundo Stern, “leva a uma conclusão simples: os benefícios de uma ação forte e precoce ultrapassam consideravelmente os custos. As nossas ações nas próximas décadas poderiam criar riscos de ampla desarticulação da atividade econômica e social, mais tarde neste século e no próximo, numa escala semelhante à que está associada com as grandes guerras e a depressão econômica da primeira metade do século 20. E será difícil ou impossível reverter estas mudanças”.

Os mecanismos de mercado são simplesmente insuficientes, pois, em termos de mercado, sai mais barato gastar o petróleo que já está pronto no subsolo, queimar a cana no campo, encher as nossas cidades de carros. E os dois principais prejudicados no processo, a natureza e as próximas gerações,

são interlocutores silenciosos. A visão sistêmica e de longo prazo impõe-se, e isso implica mecanismos de decisão e de gestão que vão além do interesse microeconômico imediato. Neste ponto, Stern é direto nas suas afirmações: “A mudança climática apresenta um desafio único à ciência econômica: trata-se da maior e mais abrangente falência do mercado já vista”. [2] É uma declaração forte, que marca a evolução geral das opiniões sobre os nossos processos decisórios por parte de especialistas que pertencem ao próprio sistema, e não mais apenas de críticos externos”.

### Desigualdade de renda

Um outro eixo dramático de transformação está na realidade social que enfrentamos. A ONU realizou, dez anos após o “Social Summit” de Copenhague, um balanço da situação no planeta. A apresentação vai muito além do conceito de pobreza, envolvendo amplamente “indicadores não econômicos de desigualdade”. [3]

No plano da desigualdade econômica, o resultado é que “as análises dos padrões de desigualdade sugerem que a desigualdade de renda e consumo entre países se manteve relativamente estável durante os últimos 50 anos”, o que em si é impressionante, dados os imensos avanços nos meios técnicos disponíveis nesse período. Houve sem dúvida um avanço na situação da parte mais pobre da população. No entanto, “aprofundando a análise, a imagem que emerge não é tão positiva. Primeiro, a maior parte da melhoria na distribuição de renda no mundo pode ser explicada pelo rápido crescimento econômico da China e, em menor proporção, da Índia, com boa parte da mudança refletindo os ganhos dos segmentos mais pobres da

sociedade às custas dos grupos de renda média nestes dois países. Segundo, a participação dos 10% mais ricos da população mundial aumentou de 51,6% para 53,4% do total da renda mundial. Terceiro, quando tiramos a China e a Índia da análise, os dados disponíveis mostram um aumento da desigualdade de renda devido ao efeito combinado de disparidades mais elevadas de renda dentro dos países e do efeito distributivo adverso do aumento mais rápido da população nos países mais pobres. Quarto, o “gap” de renda entre os países mais ricos e os mais pobres aumentou nas décadas recentes”.(Onu, Inequality... p. 44)

A desigualdade de renda interna dos países diminuiu durante os anos 1950, 1960 e 1970 na maior parte das economias desenvolvidas, em desenvolvimento e de planejamento central. Desde os anos 1980, no entanto, esse declínio tornou-se mais lento ou estabilizou-se, e dentro de numerosos países a desigualdade está crescendo de novo. É igualmente novo o crescimento da desigualdade em países desenvolvidos: “Um estudo da evolução da desigualdade econômica em nove países da OCDE confirma em geral a visão de que ocorreu um deslocamento significativo na distribuição de renda em todos os países analisados, com a possível exceção do Canadá”.(Onu, Inequality... p. 48)

A América Latina continua bem representada: “Uma característica que distingue o padrão de desigualdade interna na América Latina das outras regiões é a participação dos 10% das famílias mais ricas na renda total. (...) O fosso mais profundo situa-se no Brasil, onde a renda per capita dos 10% mais ricos da população é 32 vezes a dos 40% mais pobres. Os níveis mais baixos de desigualdade de renda na região podem ser encontrados no

Uruguay e na Costa Rica, países onde as respectivas rendas per capita dos 10% mais ricos são 8,8 e 12,6 vezes mais elevadas do que as dos 40% mais pobres”.(Onu, Inequality...p. 50)

Onde progressos foram constatados, foi graças a programas de combate à pobreza: “No nível global um progresso considerável foi feito na redução da pobreza durante as últimas duas décadas, em grande parte como resultado de programas e políticas anti-pobreza mais focados. (...) Os avanços feitos na China e na Índia contribuíram substancialmente para uma imagem positiva no nível global. Como esses dois países representam 38% da população mundial, a rápida expansão das suas economias levou a uma redução significativa do número de pessoas que vivem em pobreza absoluta no mundo; entre 1990 e 2000 este número baixou de 1,2 bilhão para 1,1 bilhão. Na China, a proporção de pessoas vivendo com menos de 2 dólares por dia caiu de 88% para 47% entre 1981 e 2001, e o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia caiu de 634 milhões para 212 milhões. Na Índia, a proporção dos que vivem com menos de 2 dólares por dia baixou de 90% para 80%, e o número dos que vivem em extrema pobreza baixou de 382 para 359 milhões”. (Onu, Inequality...p. 51) O impacto positivo principal, portanto, é claramente devido à China, e no conjunto, a imensidão do drama se mantém.

Temos mercados globais mas não temos instituições globais. Não é a dimensão humana que falta no triple bottom line, como diz John Elkington, mas a gestão da mente.

O nosso interesse principal aqui não está apenas nas cifras e nos respectivos dramas, mas no fato que elas representam claramente a necessidade de intervenções positivas, organizadas, para enfrentar a pobreza. E como a desigualdade constitui o principal problema hoje, ao lado da destruição do meio-ambiente, temos de concentrar esforços muito mais amplos na compreensão das políticas ativas de combate à pobreza e de resgate da sustentabilidade.

Um segundo ponto, é que não basta olhar para os mecanismos econômicos, pois a desigualdade constitui um processo muito mais amplo. “Talvez ainda mais importante do que os crescentes níveis de pobreza é a emergência e enrustamento (entrenchment) de novos padrões de pobreza em numerosos países. Mudanças dignas de nota incluem uma tendência crescente para a rotação das pessoas para dentro e para fora da pobreza, um aumento da pobreza urbana e a estagnação na pobreza rural, bem como aumento na proporção de trabalhadores informais entre os pobres urbanos e em grande número dos pobres desempregados.(...)De todas as desigualdades dentro e entre nações, a impossibilidade de uma parcela crescente da população do mundo que busca emprego de encontrá-lo constitui talvez o fato de implicações mais profundas”.(Onu, Inequality...p. 54-55)

Não só precisamos olhar para as dinâmicas sociais de maneira mais ampla, como temos de voltar a dar uma importância central para a organização de processos decisórios participativos: “A agenda do trabalho decente visa enfrentar numerosos desafios que surgem da globalização, inclusive a perda de emprego, a distribuição inequívoca dos benefícios, e a desorganização (disruption) que foi causada na vida de tantas pessoas.

Responder a esses desafios exigirá a participação de atores em todos os níveis”.(Onu, Inequality...p. 58)

Assim, a agenda leva-nos para a elaboração de propostas políticas pró-ativas e a intervenção organizada dos diversos segmentos sociais, enfrentando as duas principais macrotendências do sistema que é a deterioração ambiental e a desigualdade, aliás fortemente articuladas.

A quem pertence o planeta?

A pesquisa do WIDER (World Institute for Development Economics Research), da Universidade das Nações Unidas, aponta para outro drama, que é o da concentração da riqueza acumulada. Na realidade, as duas metodologias estão vinculadas, pois a renda maior dos mais ricos permite que acumulem mais propriedades, mais aplicações financeiras, enquanto os pobres estagnam. Assim, a riqueza acumulada (“net worth: the value of physical and financial assets less debts”, o que equivale ao que o relatório define como “a comprehensive concept of household wealth”), ou patrimônio familiar acumulado, tende a polarizar ainda mais a sociedade e leva em particular à formação de gigantescas fortunas que pouco têm a ver com a contribuição que essas pessoas ou famílias deram para a produção da riqueza social. [4]

A acumulação de riqueza dentro dos países reforça naturalmente a mesma tendência, pois famílias mais ricas tendem a poder acumular mais patrimônio. O fosso interno dos países agrava-se portanto: “A parte dos 10% mais ricos varia de 40% na China a 70% e mais nos Estados Unidos e alguns outros países. (...) Nossos resultados mostram que o decil superior de riqueza

era dono de 85% da riqueza global no ano 2000. Os 2% de adultos mais ricos do mundo tinham mais da metade da riqueza global e o 1% mais rico detinha 40% de toda a riqueza familiar. Em contraste, a metade de baixo da população adulta mundial detinha meramente 1% da riqueza global. O valor Gini para a riqueza global foi estimado em 89, sendo que o mesmo valor Gini seria obtido se 100 dólares fossem distribuídos entre 100 pessoas de tal maneira que uma pessoa recebesse 90 dólares, e os 99 restantes 10 centávicos cada”.

A riqueza familiar acumulada é estimada em 125 trilhões de dólares para o ano 2000, equivalendo a 144 mil dólares por pessoa nos EUA, 181 mil no Japão, 1.100 dólares na Índia, 1.400 na Indonésia, o que dá uma dimensão deste outro tipo de polarização.

Curiosamente, quando se fala em distribuição de renda, em imposto sobre a fortuna, em imposto sobre herança, a mídia fala em populismo e demagogia. Não ver os dramas que se avolumam com as dinâmicas atuais é ser perigosamente cego.

#### Os deixados por conta da globalização

O IFC (International Finance Corporation) do Banco Mundial analisa a concentração da renda e da riqueza pelo prisma do potencial empresarial. Tradicionalmente, o Banco Mundial apresenta os dados que se referem aos pobres avaliando a dimensão do drama. São os dados que nos dizem por exemplo que na virada do século tínhamos 2,8 bilhões de pessoas com menos de 2 dólares por dia para viver, dos quais 1,2 bilhão menos de 1

dólar. No presente estudo, avalia-se a imensa massa dos “mal inseridos” no desenvolvimento econômico do planeta e busca-se a forma de gerar oportunidades. Trata-se dos 4 bilhões de pessoas cuja renda per capita está abaixo de 3 mil dólares por ano, e que constituem um mercado de 5 trilhões de dólares. Não se fala mais em tragédia social, fala-se em oportunidades econômicas.[5]

“Os 4 bilhões de pessoas na base da pirâmide econômica (Base Of the Pyramid – BOP), todos aqueles cuja renda é inferior a 3 mil dólares em poder de compra local, vivem em relativa pobreza. A sua renda em dólares correntes dos EUA é inferior a \$3,35 por dia no Brasil, \$2,11 na China, \$1,89 no Ghana, e \$1,56 na Índia. No entanto, juntos eles têm uma capacidade de compra significativa: a base da pirâmide constitui um mercado consumidor de \$5 trilhões”.

O enfoque já gerou um entusiasmo passageiro com os estudos de De Soto sobre a capitalização dos pobres dando-lhes títulos de propriedade e navega hoje nas visões de Prahalad sobre a possibilidade de se transformar os pobres se não em empresários, pelo menos em consumidores.

Para nós que buscamos a inclusão produtiva dessa imensa massa da população mundial, no entanto, os dados apresentados, com a força de penetração das visões do Banco, não deixam de ser interessantes, ao explicitarem a constatação de que a imensa maioria da população mundial está ficando fora do chamado progresso. Na realidade, o mundo corporativo está gerando muito mais do que pobreza, está reduzindo a capacidade dessa população de se apropriar do seu desenvolvimento. Trata-se da exclusão econômica de mais de dois terços da população mundial. Segundo o

relatório, “the BOP population segments for the most part are not integrated into the global market economy and do not benefit from it” (os segmentos de “base da pirâmide” da população, na sua maior parte, não estão integrados na economia de mercado global e dela não tiram proveito”). Aparentemente, a ironia do fato de se qualificar 4 bilhões de pessoas de “segmentos da população”, quando se trata de quase dois terços da população mundial, escapou aos autores do relatório.[6]

O estudo confirma também que há uma consciência crescente da necessidade de se gerar um ambiente propício à inclusão produtiva desse “andar de baixo” da economia: “There is growing recognition of the importance of removing barriers to small and medium-size businesses and a growing toolbox for moving firms into the formal economy and creating more efficient markets” (Há um reconhecimento crescente da importância de se remover barreiras à pequena e média empresa, e uma gama mais ampla de ferramentas para levar as empresas para a economia formal e para gerar mercados mais eficientes”).

A filosofia, portanto, consiste aqui em criar um “bottom-up market approach”, literalmente um capitalismo vindo de baixo. O que é óbvio, na verdade, é que o “capitalismo de cima” gera as tendências inversas. A plantação de soja utiliza um só trabalhador por 200 hectares de plantio, a pesca industrial oceânica está reduzindo à miséria mais de 300 milhões de pessoas que vêm desaparecer o peixe nas regiões costeiras que sustentavam a pesca tradicional, a especulação financeira está descapitalizando as comunidades, o abuso do registro de patentes para tudo e qualquer coisa (97% pertencem a países ricos) trava cada vez mais as iniciativas locais de

criação de valor. A Coca-Cola na Índia lançou garrafas pequenas cujo preço corresponde ao valor de uma moeda: trocar as últimas moedas dos pobres por Coca-Cola foi apresentado como “inclusão comercial”. Estamos aqui muito longe da sabedoria e eficiência do Grameen Bank de Yunus.

Mas o documento é importante, pois mostra indiretamente o grau de tensões que o sistema está gerando no planeta e a necessidade de processos alternativos. A idéia de que “um outro mundo é possível” não apóia-se apenas numa visão mais humana e em ideais sociais: trata-se cada vez mais de uma condição necessária da nossa viabilidade econômica.

#### Dinâmicas convergentes

Um último enfoque que vale a pena citar, nesta nossa apreciação fria e realista das dificuldades em que nos metemos, é a análise de como os dramas ambientais e sociais se articulam. O estudo de Thomas Homer-Dixon, cientista político canadense, organiza os diversos relatórios e informes setoriais, e apresenta uma visão de conjunto muito bem documentada. A idéia forte que o autor demonstra com clareza é que as grandes ameaças estruturais convergem e tornam-se sinérgicas.[7]

A prosperidade artificial e o consumo predatório que a concentração de renda e de riqueza familiar permite no pólo rico do planeta gera uma pressão mundial por consumo e estilo de vida semelhantes. Homer-Dixon cruza os dados das polarizações econômicas com a evolução da pressão demográfica. Temos hoje 6,4 bilhões de pessoas no mundo, aumentando num ritmo de algo como 75 milhões a cada ano e com um perfil de consumo crescentemente surrealista, nas duas pontas, na escassez e nos excessos, na

desnutrição e na obesidade. Cerca de 2/3 do crescimento populacional dão-se na área da miséria. Não estamos mais na era das populações pobres e isoladas. O planeta é um só, encolhendo dia-a-dia, e os pobres sabem que são pobres.

O modelo de consumo do planeta é o dos ricos. Por que razão não teriam todos os chineses e todos os indianos direito a ter também cada um o seu carro? A pressão coletiva que resulta é desastrosa, simplesmente porque os ricos se dotaram de um perfil de consumo cuja generalização é inviável. Essa política traduz-se numa pressão sobre recursos não-renováveis que o planeta não pode suportar. Os dados sobre o esgotamento da vida nos mares, a erosão dos solos, a redução das reservas de água doce nos lençóis freáticos, a destruição acelerada da biodiversidade, o desmatamento e outros processos estão hoje sendo acompanhados em detalhe, numa demonstração impressionante do que podemos chamar de capacidade técnica e impotência política, pois todos vemos as coisas acontecerem e ficamos passivos, pois não há correspondência entre os mecanismos políticos e a realidade que temos de enfrentar, entre a dimensão dos desafios e os mecanismos de gestão.

As dinâmicas atuais sobrevivem temporariamente apoiando-se numa matriz energética que sabemos ser insustentável. A nossa pequena espaçonave terra veio com tanques de combustível, o petróleo, que se acumularam durante milhões de anos e que teremos liquidado em menos de duzentos. Achamos normal mobilizarmos um carro de duas toneladas para levar o nosso corpo de 70 quilos para postar no correio uma carta de 20 gramas. O homo economicus do século XXI joga nas nossas cidades

modernas cerca de um quilo de produtos no lixo por dia e ainda paga por sua remoção. Não damos conta do desperdício. Todos sabemos que vivemos um sistema insustentável a prazo, conhecemos a dimensão dos impasses e apenas esperamos que apareçam tecnologias milagrosas que abram novos caminhos na última hora. E que alternativa resta ao cidadão? Se não tiver carro, nas dinâmicas ditas modernas, como sobrevive? E alguém vai eleger um político que assume que vai aumentar o preço dos combustíveis? Essa lógica vale também para as reservas de água doce, a vida nos mares e assim por diante.

Pessimismo? Não, apenas bom senso e informação organizada. Os desafios principais do planeta não consistem em inventar um chip mais veloz ou uma arma mais eficiente: consistem em dotarmo-nos de formas de organização social que permitam ao cidadão ter impacto sobre o que realmente importa, em gerar processos de decisão mais racionais. Com a globalização, o processo agravou-se. As decisões estratégicas sobre para onde caminhamos como sociedade passaram a pertencer a instâncias distantes. As reuniões dos que mandam, em Davos, lembram vagamente as reuniões de príncipes brilhantes e inconscientes na Viena do século XIX. A ONU carrega uma herança surrealista, em que qualquer ilhota do Pacífico com status de nação tem um voto, tal como a Índia que tem um sexto da população mundial. As grandes empresas transnacionais tomam decisões financeiras, fazem opções tecnológicas ou provocam dinâmicas de consumo que afetam a humanidade, sem que ninguém tenha como influenciá-las. Democracia econômica ainda é uma noção distante. Somos cidadãos, mas a realidade nos escapa.

Pensar de maneira inovadora sobre os processos decisórios que regem o planeta e o nosso cotidiano não é mais uma questão de estar à esquerda e protestando, ou à direita e satisfeito: é uma questão de bom senso e de elementar inteligência humana.

Em vista disso, pode-se sintetizar, com certa fidelidade, a História da Sexualidade, principalmente em seu segundo e terceiro volumes, como uma trajetória pela qual a potência transformacional e criativa do corpo - o prazer - vai gradativamente sendo controlada por mecanismos que incidem sobre o corpo em sua relação com o tempo. O corpo, de um espaço onde se conquista o autogoverno (uso dos prazeres) acaba se tornando uma entidade frágil, que deve se precaver dos perigos iminentes ligados às forças naturais que o constituem. O porto, a âncora, a relação que devolveria ao corpo sua calma quase impossível, portanto, estaria do lado da verdade, pela qual a subjetividade está em posição de vigia ou de contrapeso, em função da alegada mitigação do corpo, com relação aos modos de subjetivação e as práticas de si.

Em todo caso, a subjetividade é um processo que participa da potência de diferenciação do corpo, corpo ativo ou transformacional. Mas, o que significa dizer que a subjetividade tem a ver com o corpo, afinal, o que faz o corpo ter essa potência de transformação?

Ora, o corpo se transforma, a subjetividade se diferencia por causa da relação com o tempo. O corpo é coextensivo à subjetividade nos remansos do rio do tempo.

## Considerações Finais

Para que serve uma subjetividade hoje?

Uma última questão, esta voltada para a atualidade da noção foucaultiana de subjetividade: o dispositivo de sexualidade ainda é estritamente válido?

A resposta é: não, não vale mais para a subjetivação contemporânea ou ele passa por uma crise tal que seus mecanismos estão definitivamente desfigurados e não funcionam como antes. Essa constatação decorre de um problema que Foucault nos legou, isto é, os modos de subjetivação são demarcados por dispositivos historicamente constituídos e, portanto, podem se desfazer, transformando-se, à medida que novas práticas de subjetivação se engendram. É essa diluição histórica que parece estar deslocando o antigo dispositivo de sexualidade descrito por Foucault. Sendo assim, temos de pensar, para fazer jus e estender a lição foucaultiana, se não haveria em formação um novo dispositivo intermediando a relação da subjetividade com os processos de subjetivação, vale dizer, com o tempo e com o corpo. Vamos a um exemplo para ilustrar.

Em um artigo a respeito de Nietzsche, Orlandi (2001) demonstra de que maneira os processos de subjetivação abandonam a velha referência à identidade, caso que observamos um pouco acima como sendo o princípio de funcionamento dos dispositivos disciplinares e de sexualidade. Se

tivermos ou quisermos uma identidade não temos mais de nela chafurdar, de mimá-la, de afirmá-la; se tivermos dúvida quanto à nossa verdadeira identidade, não temos de supô-la oculta em alguma parte, nem somos impelidos a partir em seu encalço numa busca angustiada. O sujeito agora se desfaz em uma série de processos que multiplicam as subjetividades que são mais ou menos montáveis e desmontáveis. Um neonarcisismo surge, anota Orlandi, onde a perigosa contemplação de si mesmo - a que praticava Narciso no espelho das águas - é substituída por uma série de exposições cujo controle parece fugir ao sujeito. O que vale é uma potência de variação que o sujeito sente como alheia e que somente pode ser acessada através de um aparelho - um novo dispositivo? - que intermedia a relação da subjetividade com a consciência que se tem dela. O sujeito já não sofre com a perda da identidade; ele até intensifica essa perda a fim de contabilizar mais rapidamente perdas e ganhos nas exposições do aparelho de intermediação. Enfim, cria-se uma espécie de narcisismo da diferença, onde o cuidado de si, como denominava Foucault, ou a potência de diferenciação do corpo, como dizemos nós, se vê capturada por um mecanismo que parece ter atingido o coração dos processos e práticas de subjetivação. De repente, estranhas potências passam a atravessar a relação do si consigo mesmo.

Ora, como se dizia um pouco acima, subjetividade é sinônimo de diferenciação, mas como fica o processo de subjetivação em uma época em que a produção da diferença foi capturada por um novo aparelho capaz de intermediar a relação de cada um de nós consigo mesmo?<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> CARDOSO JR., Hélio Rebelo. What a subjectivity is useful for? Foucault, time and body. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2005, vol. 18, no. 3 [cited 2007-06-12], pp. 343-349.

This philosophical ethos may be characterized as a limit-attitude. We are not talking about a gesture of rejection. We have to move beyond the outside-inside alternative; we have to be at the frontiers. Criticism indeed consists of analyzing and reflecting upon limits. But if the Kantian question was that of knowing what limits knowledge has to renounce transgressing, it seems to me that the critical question today has to be turned back into a positive one: in what is given to us as universal necessary obligatory what place is occupied by whatever is singular contingent and the product of arbitrary constraints? The point in brief is to transform the critique conducted in the form of necessary limitation into a practical critique that takes the form of a possible transgression.

This entails an obvious consequence: that criticism is no longer going to be practiced in the search for formal structures with universal value, but rather as a historical investigation into the events that have led us to constitute ourselves and to recognize ourselves as subjects of what we are doing, thinking, saying. In that sense, this criticism is not transcendental, and its goal is not that of making a metaphysics possible: it is genealogical in its design and archaeological in its method. Archaeological -- and not transcendental -- in the sense that it will not seek to identify the universal structures of all knowledge or of all possible moral action, but will seek to treat the instances of discourse that articulate what we think, say, and do as so many historical events. And this critique will be genealogical in the sense that it will not deduce from the form of what we are what it is impossible for us to do and to know; but it will separate out, from the contingency that has

made us what we are, the possibility of no longer being, doing, or thinking what we are, do, or think. It is not seeking to make possible a metaphysics that has finally become a science; it is seeking to give new impetus, as far and wide as possible, to the undefined work of freedom.

“ermanece-se ainda sob o prisma histórico da cultura da transcendência, porém seu predomínio se mostra ameaçado. Das idéias platônicas, passando pela metafísica aristotélica, passando pelo Leviatã hobbeseano, até os ideais teleológicos da modernidade, a cultura da transcendência havia imposto a univalência e a supercodificação às suas instituições e aos fluxos culturais que nela emergiram, produzindo assim o estriamento de todos os seus aspectos culturais. Compartilhou com todas as formas de soberania constituindo e consolidando seu poder através de suas instituições culturais: academias, museus, universidades. A cultura da transcendência era uma cultura para “poucos” em detrimento dos “muitos”. Na sua versão moderna, entretanto, agora sob o interesse do capital, ela inventou uma simulação cultural, um engodo perverso que se chamou cultura da transcendência para as massas.

Esta pseudocultura, através dos meios de comunicação de massa, sustentava a maioria dos comportamentos e princípios da cultura da transcendência dos “poucos”, não havendo nenhuma modificação quanto aos procedimentos supercodificantes impostos aos “muitos” agora atomizados “culturalmente” e tragicamente desconectados entre si, ligados apenas ao media analógico de informação unilateral, na produção homogenizante de suas subjetividades. Tudo ocorria sustentado pelo desenvolvimento tecnológico que parecia corroborar com a despotencialização dos “muitos”,

contudo a aceleração tecnológica levou a uma dobragem catastrófica inesperada que rompeu com o sistema de linearidade na qual se fundamentava a cultura da transcendência. Sistemas não-lineares começaram a emergir por todos os lados. Matemáticas fractais, sistemas de complexidade dinâmica, física do caos, micronarrativas e agonística das linguagens anunciavam o fim do mundo linear provocando uma crise paradigmática no interior da cultura da transcendência.

Esta crise chamou-se pós-modernidade, provavelmente o último movimento da cultura da transcendência. Apesar de sua polivalência, ela era impotente para romper com as axiomáticas transcendentais limitando-se a degladiar com a modernidade agonizante. Ela foi um grito de desespero, todavia um grito morto. A multiplicação dos sistemas não-lineares havia provocado um outro fenômeno paralelo à pós-modernização: um conjunto de procedimentos chamados de digitalização. Com ela a cultura da imanência pode proliferar no cenário mundial.

Na história da cultura ocidental diversas foram as tentativas de suplantação da cultura da transcendência em prol da imanência. Do deus como mundo dos estóicos e do espinosismo ao espírito dionisíaco dos nietzscheanos, a tendência cultural da imanência havia ficado marginal e relegada às margens da história, mas com o advento das redes virtuais a tendência à imanência pode pela primeira vez constituir um mundo para a sua ação. As produções culturais on-line são as primeiras feitas num mundo virtual independente e paralelo ao mundo físico-cultural, fora de suas leis e fora de seus códigos, mas fora também da cultura das artes transcendentais tal como a entendemos.

As redes virtuais constituem um plano de imanência.’<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> BARRETO, Ricardo e PERISSINOTTO, Paula. *A cultura da imanência*.  
<http://www.rizoma.net/interna.php?id=158&secao=espaco>